

UMA AÇÃO NA CIDADE: URBANIZAÇÃO EM ÁREAS URBANAS CRÍTICAS

RUBANO, Lizete Maria (1), FEHR, Lucas (2), Recamán, Luiz (3), MOREIRA, Felipe (4), OLLERTZ, Aline (5), LUNETTA, Carolina (6), VENZON, Julia (7)

1,2,4,5,6,7 Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie
Departamento de Projeto
Rua da Consolação, 930 - Cep 01302-907 - Consolação - São Paulo - SP - Brasil
lmrubano@superig.com.br

3. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
Departamento de história
Rua do Lago, 876 – Cep 05508.080 São Paulo SP Brasil
recaman@usp.br

Palavras-chave: projeto, habitação coletiva, cidade

Resumo: A perspectiva deste trabalho é a de apresentar a produção na área da habitação social na cidade de São Paulo, tendo como referência questões contemporâneas deste desafio. Para isso, destacamos o trabalho do arquiteto Héctor Vigliecca e sua equipe, que têm enfrentado estas questões – com aprofundamento teórico e proposição projetual -, parecendo-nos de fundamental importância à própria “renovação” do tema da habitação social em áreas metropolitanas como a cidade de São Paulo. Este trabalho é resultado de uma investigação realizada ao longo de 2010.

Abstract: This paper’s prospect is to present social housing production in the São Paulo city, with reference to contemporary issues of this challenge. For this presentation (which is the result of a research realized in 2010) would like to highlight an Office located in Sao Paulo: Vigliecca & Associados. We stressed that the challenge of contemporary issues that has been tackled by the architect Héctor Vigliecca – with deepening theoretical and architectural proposition -seems to have a different importance to the "renewal" of the social housing theme in metropolitan areas as São Paulo city.

Resumen: La perspectiva de este trabajo es presentar la producción en el área del habitation social en la ciudad de São Paulo, tiendo como referencia cuestiones contemporáneas de este desafío. Para esto, separamos el trabajo del arquitecto Héctor Vigliecca y de su equipo, que han hecho frente a estas preguntas - con profundizar teórico y oferta projetual - de importancia básica a la “renovación apropiada” del tema del habitation social en áreas metropolitanas como la ciudad de São Paulo. Este trabajo se resulta de una investigación llevado a través de 2010.

1. HABITAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL

O processo de construção das políticas públicas no Brasil deu-se – senão de maneira peculiar, considerando-se outros países da América Latina – a partir de uma série de especificidades que as caracterizaram e as vêm caracterizando.

Os estudos de formação – da nação e da sociedade brasileira – feitos com maestria nas décadas de 30 e 40 por intelectuais tais como Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, já colocavam a importância de se “desvendar” particularidades do processo brasileiro, estruturais na construção da ordem pública, da cidadania e do papel do Estado.

Assuntos como o personalismo que fragiliza as instituições; a ética do aventureiro que “se acomoda no provisório” versus o trabalhador, que “estima a segurança e o esforço”; a predominância das estruturas rurais – patriarcais e personalistas – frente à paisagem urbana; a constituição frágil do território quando da realização das cidades – “nascidas e crescidas ao deus-dará, rebeldes à norma abstrata” ou, ainda, a formação do brasileiro “nos quadros da estrutura familiar”, o que acabou por instituir as “relações de simpatia” no lugar das impessoais, necessárias e características do Estado, dificultando a formação da “sociedade urbana de tipo moderno”, são alguns dos que, desvendados, contribuíram profundamente à caracterização de nossa ordem social. (Antonio Candido, dezembro de 1967, prefácio de “Raízes do Brasil”, HOLANDA, 2005).

Essa condição da sociedade brasileira parece-nos fundamental de ser resgatada para circunstanciar a condição do mundo urbano no Brasil e de que forma o Estado exerceu a dimensão pública da construção do território das cidades.

Nesse sentido parece-nos importante identificar a trajetória e a construção histórica da ação desse Estado, a partir das políticas habitacionais e urbanas.

2. A HABITAÇÃO COLETIVA COMO TEMA NA CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DAS CIDADES

Morar na cidade de São Paulo esteve, num primeiro momento do processo de organização do território para a produção industrial, associado ao trabalho e às organizações das categorias de trabalhadores.

As vilas operárias, construção morfológica peculiar no tecido urbano, representaram alternativa clara dessa relação direta entre trabalho formal e habitação. Morar na cidade significava trabalhar formalmente na cidade.

A moradia para os que não fossem atendidos por esse expediente e para os que não estivessem formalmente ligados à produção, essencialmente a industrial, seria viabilizada pela iniciativa privada, como implemento ao capital rentista.

Não foi diferente quando o Estado encampou a ação, via IAPs – Institutos de Aposentadoria e Pensão – nas décadas de 40 e 50: novamente a habitação seria pensada a partir das organizações oficiais de trabalhadores, tais como os sindicatos profissionais.

2.1. DÉCADAS DE 40 E 50

Se é o Movimento Moderno que, internacionalmente, consolida a discussão acerca do significado das habitações na constituição das cidades industriais, também é verdade que, no Brasil, as condições reais da sociedade muito se distanciavam das condições de produção, do ideário, e das proposições estéticas que configuraram a realização das vanguardas arquitetônicas internacionais nos anos 20.

Aqui o 'modernismo ocorre num Brasil sem modernização'. (...). Contra esse tipo de situação (oligarquia conservadora e economia baseada na exportação de matérias primas) é que se ensaiam os primeiros movimentos de ruptura com um passado colonizador e arcaico, tanto no plano político como cultural. (BAYEUX, 1991, p.20).

O caminho da arquitetura moderna brasileira tomará novo impulso a partir da década de 30, quando ela passa a ser uma possível forma de apresentação - e de representação - de um Estado que assume o projeto de industrialização e de desenvolvimento nacional: a importância da arquitetura moderna brasileira na definição da imagem de modernização, que era fundamental para a nova estratégia social e econômica, foi rapidamente percebida pelo governo de 30. (RECAMÁN, 1996, p.12).

O tema da habitação social vai aparecer, nesse primeiro momento, diretamente associado à idéia do desenvolvimento e à de que a arquitetura moderna, na ausência de um real avanço industrial e tecnológico, “(...) deveria ser o símbolo desse objetivo, antecipadora do futuro que se apresentava inevitável”. (RECAMÁN, 1996, p.80).

O Estado desenvolvimentista utilizará o referencial moderno – via projeto de arquitetura - para estruturar uma ação no território da cidade: as formas de morar do proletariado que tinham sido discutidas e propostas em alguns países europeus (a partir de uma política de terras, formas de acesso, construção do espaço urbano pela habitação, unidade mínima, pré-fabricação) foram parcialmente incorporadas sem que - de fato – significassem o enfrentamento da condição urbana e das condições de produção. Nunca houve uma política de terras e nunca a construção se industrializou.

Os resultados representam “ilhas de excelência”, dispostas na cidade a partir do patrimônio dos Institutos de Aposentadoria e Pensão das diferentes categorias profissionais.

São experiências em que um ideário foi aceito como representação de um Estado, que se “modernizava” pela forma e não pelo real conteúdo.

A “forma” do Estado moderno brasileiro não se sustentou por muito tempo. E logo transformou uma das “equações modernas para habitação coletiva” - os layouts lineares, a dissolução da morfologia da cidade tradicional e a repetição das unidades – em uma das mais trágicas experiências de produção de moradia em massa, associada à extensão do território urbano.

2.2. DÉCADAS DE 60 E 70

O processo de urbanização, que se acentuou na década de 50 no Brasil (o número de pessoas nas cidades havia crescido com o implemento da produção industrial e a manutenção das arcaicas relações de produção agrária estimulava o êxodo rural. Também haviam se agravado os problemas de saneamento, infra-estrutura e demanda habitacional), coloca discussões que passam a tratar o espaço da cidade como objeto de uma ação específica: seria necessário pensar no porte das cidades, nas demandas e nos déficits.

Assim, não é à toa que uma das principais discussões públicas que se fazia no país no início da década de 60, voltava-se às diretrizes para as cidades e para os instrumentos possíveis de se utilizar nas estratégias de constituição do urbano.

A preocupação com o processo de urbanização das cidades e com os temas que este momento desencadeou – “(...) um terço da população do Rio de Janeiro e dois terços da população de Recife moram em habitações inteiramente inadequadas, a começar por favelas e mocambos”.

(mensagem do então ministro Amaury Silva. Arquitetura (15); 1963, p.19) - será expressa no Seminário de Habitação e Reforma Urbana – s.HRu – realizado no final de 1963 por iniciativa do IPASE e do IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil) e que se deu em duas etapas: uma em Quitandinha, no Rio de Janeiro, e a outra na cidade de São Paulo.

O então presidente - João Goulart - foi o membro de honra do Seminário e a discussão voltou-se, essencialmente, ao

(...) conjunto de medidas estatais visando a justa utilização do solo urbano, à ordenação e ao equipamento das aglomerações urbanas, e ao fornecimento de habitação condigna a todas as famílias. [*A esse conjunto de medidas se estaria chamando de “REFORMA URBANA”*]. (Documento final do Seminário. Arquitetura (15): 1963, p.19).

Esta discussão tomará novo rumo a 21 de Agosto de 1964: mediante a Lei nº4.380, o regime militar instituído pelo golpe de Estado, criou o SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, que terá um significado muito diferente daquilo que se vinha discutindo anteriormente.

A ação do Estado vai desencadear territórios habitacionais, utilizando-se da máxima abstração (distorcida herança moderna) “permitida” ao tema da cidade e da moradia: áreas periféricas vão se estender sem conexões, sem urbanidade, sem projeto arquitetônico, sem espaço público, inconscientes da crítica a esse modelo, já totalmente formatada (Europa, EUA) nos anos do pós-guerra.

2.3. CONDIÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEA

Uma das questões essenciais colocadas por TAFURI, 1985, a seu tempo – o reconhecimento da preponderância da condição urbana sobre a arquitetura – reaparece, como destaque, na contemporaneidade.

A identificação dos processos de construção do território – no caso da cidade de São Paulo - tem se traduzido em uma expressão falida da vontade ordenadora e na disputa pelo espaço “residual”.

Essa vontade ordenadora, sob a qual se conformou uma das hipóteses modernas, não se efetivou, definitivamente, na metrópole paulistana. As arquiteturas que assim se posicionavam, como possível “parte visível” dessa desejada estrutura, sustentaram uma idéia que - se ganhou concretude e materialidade (o grande edifício estatal, construído em concreto) - o fez em pontos isolados, no contexto de um acontecimento urbano dinâmico e – na maioria das vezes – desigual.

Agora anacrônicas, essas arquiteturas continuam – insistentemente – sendo propostas.

Retomar o “destino” da grande metrópole brasileira significa resgatar a matriz urbana como essencial ao pensamento do projeto, a partir mesmo da identificação de que o processo que gera a cidade desigual também gera formas de apropriação outras, pela ação humana e que estas duas condições colocam ao projeto, no mínimo, uma possibilidade.

3. É POSSÍVEL CONTINUAR PELA CIDADE: O PROJETO DE HÉCTOR VIGLIECCA

As hipóteses teóricas e projetuais do arquiteto Héctor Vigliecca e sua equipe têm conformado uma ação no sentido da habitação coletiva na cidade.

Essa ação tem buscado ser mais que uma resposta às brechas que uma política compensatória do Estado coloca ao tema da habitação nas metrópoles.

È claro que o “mito das cidades globais”, que substituiu o “mito do desenvolvimento” no Brasil, coloca poucas possibilidades de se vislumbrar uma superação da “cidade do pensamento único” (ARANTES, MARICATO, VAINER, 2004 e FIX, 2007): uma cidade competitiva, em que planejamento estratégico, operação urbana e parceria público-privada são os temas do dia.

A cidade de São Paulo que – como muitas grandes cidades no mundo contemporâneo – reflete, no seu território o modo atual de realização do capital – a financeirização - apresenta, além da construção estratégica de territórios-tipo que “hospedam” a ação temporária das empresas de nova ordem (FIX, 2007), espaços que a população pobre ocupa e realiza e, que, – na maior parte das vezes – estão fora das “lógicas organizativas utilitárias da cidade” (Saskia Sassen, prólogo de Territórios, SOLÀ- MORALES, 2002).

Aqui, encaixa-se a idéia das “**áreas urbanas críticas**” e do “**terceiro território**”, apresentadas por Héctor Vigliecca: mais que reinventar ações frente às possibilidades operativas postas à condição da cidade que persegue o grande capital e abandona à própria sorte o habitante, reinterpretar essas condições.

As áreas urbanas críticas são vistas, nessa aproximação reflexiva de Vigliecca e sua equipe, como momentos nessas cidades que não têm mais a menor condição de serem reinventados: nem pela “forma” moderna, nem pela hipótese da ação aparentemente comprometida com a quantidade, mas devastadora do Estado que, sem enfrentar problemas estruturais, tais como a configuração de uma política de terras ou a capacidade produtiva da indústria da construção no Brasil, entre outros, condenou (e condena) a população pobre à não-cidade.

A cidade que lhes resta é a residual, a dos espaços que, pelas dificuldades do suporte físico, localização, deterioração do patrimônio construído, etc., quase que não são passíveis de se tornar cidade.

As políticas compensatórias têm centrado suas ações em urbanizar essas áreas, dotá-las de infraestrutura e em esperar que o tempo – e a ação do trabalho humano, que cria valor – atribuam-lhes densidade.

A formulação do terceiro território surge como uma alternativa à reflexão: “uma nova estrutura, que se intersecta à existente, pode estabelecer uma unidade que, simultaneamente valoriza, estimula e dá sentido a essa outra morfologia, que surge, sem destruir nem excluir o existente.” (VIGLIECCA, texto para a 6ª. Bienal de Arquitetura, 2005).

O papel do projeto, tão desperdiçado na realidade brasileira contemporânea, porque ainda se arvora da ação assertiva e definitiva moderna, reinventando-se uma realidade desejável, aparece aqui como um dos “instrumentos de investigação, como uma possibilidade de interpretação” – criativa, crítica, inventiva - de um determinado problema na escala da cidade. Não há modelo e, sim, observação desses agrupamentos urbanos, no sentido de se valorizar o “esforço real e considerável das pessoas em estabelecer sua moradia”.

Também não é a arquitetura do contexto, que “imita as estruturas resultantes da miséria, como um paradigma a ser promovido” (VIGLIECCA,2005).

As “cunhas de infiltração” expressam essa perspectiva, que se formata pelo pensamento e pela ação projetual: “restituir urbanidade” a partir de uma ação vital, própria ao projeto, que recoloca questões advindas de uma leitura cuidadosa das estruturas físicas e sociais destas áreas urbanas críticas e também de uma construção teórica que o gera.

Nem oposição, nem integração. “Trata-se de um campo comum onde um supõe o outro”: preexistência e proposição. (SUMMER, SERRANO, AALTONEN, MARTINS e GOULART, 1993).

Se o projeto é investigação, também é instrumento de registro e acúmulo. Pode-se sistematizar resultados obtidos ao longo do tempo, para que se melhor equacione áreas coletivas e públicas, tendo em vista sua vivência e gestão. Ou seja, é fundamental que se constitua uma cultura de projeto, que represente uma sistemática reflexão sobre a ação projetual.

4. URBANIZAÇÃO EM ÁREAS URBANAS CRÍTICAS: PROJETOS

4.1. VILA DO CARMO: INTERVENÇÃO CRÍTICA

O projeto Vila do Carmo corresponde a uma intervenção em área central a partir de uma demanda de cortiço, tendo como edifícios de divisa uma igreja e uma casa paroquial, ambos do século XIX, tombados pelo patrimônio histórico, porém em total estado de deterioração.

O desafio do projeto habitacional, mesmo quando se dá em pequena escala, pode colocar em discussão temas de grande significado à construção da cidade.

A vila do Carmo, com 25 unidades habitacionais, significou uma dessas possibilidades. Aqui foi estimulante pensar sobre o tempo da cidade e sua concretude, a partir mesmo da forma com que esse tempo se materializa e compõe as estruturas físicas do mundo urbano.

Um caminho histórico, parte do mais importante percurso traçado desde o século XVI para penetração no planalto e ligação com o mar, a Rua Tabatinguera ainda abriga a Igreja da Boa Morte (1810) e a antiga casa paroquial, conjunto arquitetônico tombado pelo Conselho do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo em 1974.

Essa condição de importância histórica tem, entretanto, uma especificidade: a cidade de São Paulo reconstruiu-se no século XIX (Toledo, 2004), ou seja, a urbanização significativa se deu a partir desse período, consagrando-se no século XX. A existência de edifícios de significado ao patrimônio tem, por isso, que ser entendida a partir desta história recente. E também, a partir da constatação de que estes edifícios são peças isoladas no contexto de justaposição caótica de uma cidade que apresenta – lado a lado – construções precárias, históricas e degradadas (a casa paroquial “abrigava”, na ocasião do projeto, um dos piores cortiços da cidade). Marcas de um tempo histórico de colonização e pobreza.

A relação entre uma nova intervenção arquitetônica e a arquitetura já existente é um fenômeno que muda de acordo com os valores culturais atribuídos tanto ao significado da arquitetura histórica como às intenções da nova intervenção. (SOLÀ-MORALES RUBIÓ, 2006).

O aporte dessa discussão à nossa realidade é o da intervenção crítica no contexto histórico, ainda que fragmentado e precário, conforme caracterizado anteriormente.



FIG.1. Vista da Igreja da Boa Morte e da Casa Paroquial com o cortiço em destaque.
Fonte: Escritório Vigliecca & Associados.

Estava colocada a questão: propor habitação e resgatar a marca de um processo histórico, associando a ela novo programa e arquitetura que pudessem realizar a intersecção desejada, valorizando preexistências e inserindo estruturas atuais.

A escolha que se deu pelo espaço público referenciou o projeto: a partir daí, dimensões; reflexões sobre conservar, restaurar, transformar, inserir; compor com os edifícios existentes no que se refere à complementação de espaços, liberação da volumetria e de aberturas, sobre gabaritos e geminações, foram decorrências dessa formulação inicial: para quem mora de forma obscura, visibilidade; aos edifícios históricos soterrados pelas justaposições sem critério, contorno e nitidez.

Aqui, o que se aborda e valoriza como elemento de projeto, que vai estruturar o partido e compor uma reflexão que queremos destacar, é o exercício de interpretação, resgate e valorização muito mais de elementos “externos”, presentes na lógica urbana e nas características específicas daquele trecho da cidade, do que nos intrínsecos à própria lógica do projeto (tipologia, forma, programa). O conjunto do Carmo não é o resultado de uma decisão tipológica ou de densidade. É o resultado de um ajuste inventivo entre gabaritos, divisas, articulações possíveis e desejadas e espaço público da rua, aquele que é reconhecido e vivenciado pela população.

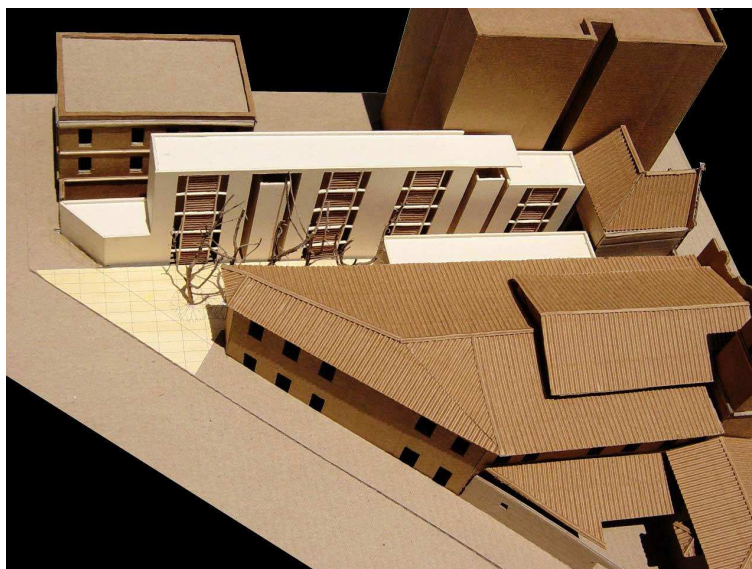


FIG.2. Modelo físico de implantação. Igreja da Boa Morte, casa paroquial e, em destaque (branco) os edifícios habitacionais propostos, conformando a nova “rua”.

Fonte: Escritório Vigliecca & Associados

A cidadania é o pressuposto do projeto sugerido.

A antiga casa paroquial passa a marcar o início da conexão entre ruas - do Carmo e Tabatinguera - e abriga, recuperada, possíveis programas sugeridos pelos moradores: reuniões, oficinas, festas. O que era um acesso ao edifício e um corredor central, compõe, agora, uma nova estrutura que, por sua vez, potencializa uma dimensão urbana antes não presente na área deteriorada: pela casa do bispo chega-se na “rua central”, de pedestres, que articula os dois lados da quadra, atribuindo-se visibilidade e dimensão pública ao que estava escondido e deteriorado. Mora-se, agora, de frente para a rua. Para a rua criada.

O adensamento, preservando o “vazio” do convívio, também libera a igreja, seu contorno e algumas aberturas. A Igreja da Boa Morte volta a aparecer como uma referência.

As duas lâminas habitacionais estruturam-se por caixas de escada que minimizam as circulações horizontais: a cada escada, voltam-se duas unidades e todas se abrem ao espaço público. Possibilidades colocadas à manutenção e à gestão da vida coletiva.

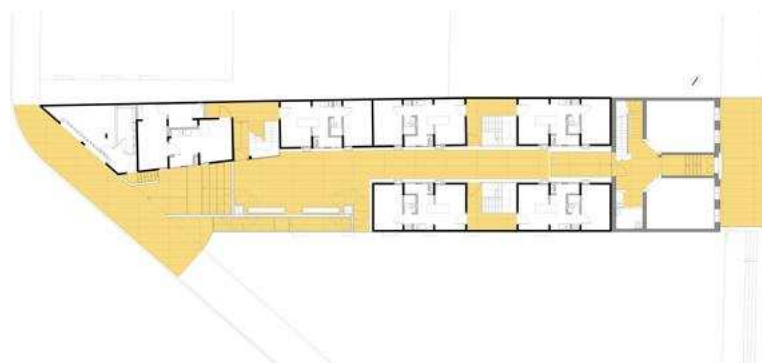


FIG. 3. Planta dos edifícios habitacionais. Em amarelo a continuidade do espaço público proposta.
Fonte: Escritório Vigliecca & Associados

A unidade mínima, tão elaborada, discutida e formatada, quase que cientificamente nos primeiros anos do século XX (essencialmente no contexto europeu) era vista como um ganho significativo frente às novas condições urbanas colocadas pela estruturação industrial da produção: a ela estaria sendo colocado – como contrapartida – o generoso espaço público da cidade.

Como esta condição da grande utopia da modernidade teve outros desdobramentos, principalmente nos países de diversa construção histórica, a contrapartida às pequenas unidades nem sempre pode ser percebida devidamente.

Considerando a maneira de se fazer habitação social no Brasil, consagrada ao longo do tempo, em que as questões numérica, de área e locacional correspondem a - respectivamente – produção em massa, apartamentos pequenos compondo grandes conjuntos implantados em glebas periféricas– no caso de habitação em área central, o tema da unidade mínima deveria ser visto sob outra perspectiva.

A população moradora em área central, além do acesso a toda infra-estrutura urbana, tem uma vivência coletiva e pública que pode ser computada como significativa compensação ao espaço restrito dos apartamentos. Uma experiência na contramão do reconhecido esvaziamento populacional que vem caracterizando a área central.

No caso da vila do Carmo, a unidade habitacional de 35 m² foi estruturada a partir das atividades básicas da vida doméstica cotidiana: os afazeres diários acontecem no espaço central e a ele foi acrescido um mobiliário fixo – uma mesa – que poderia nortear a disposição dos equipamentos e sugerir o uso integrado dos espaços.

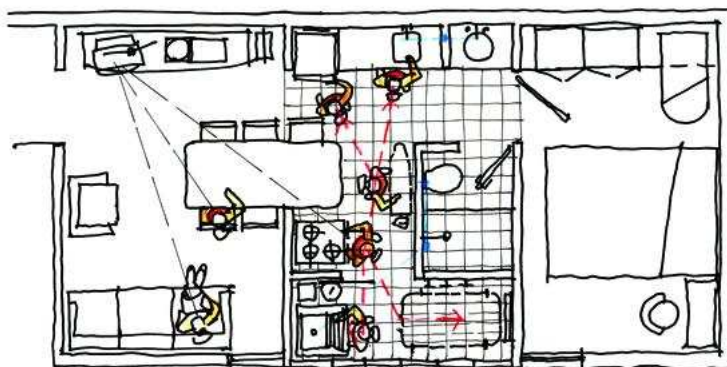


FIG. 4. Planta da unidade habitacional proposta, indicando possibilidades de uso.
Fonte: Escritório Vigliecca & Associados

A parede de divisa, geminada à edificação vizinha (a igreja), é autônoma do ponto de vista estrutural e possibilita –pelo plano contínuo que estabelece – o uso para armazenagem, mobiliário e tubulação hidráulica.

E à unidade mínima, apresenta-se a alternativa da rua criada.

Em editorial da ARQUITECTURA VIVA 97 (2004)-Habitação sem cidade, Luis Fernández-Galiano atem-se, criticamente, à condição da habitação contemporânea na Europa, destacando o fato desse tema demandar abordagens que resgatem sua condição estrutural: “a habitação não é hoje um problema que demande experimentos estéticos ou inovações estilísticas. É um problema urbano, da civitas ou polis, quer dizer de cidadania e político. Precisamos mais arquitetura, mas, sobretudo, precisamos mais cidade”.

Apesar de diferenças tão significativas entre as condições dos dois continentes, a questão central, por motivos diferentes, é a mesma.

Em contraste a uma reconhecida “tradição” – que não vem sendo superada - da arquitetura moderna brasileira, que aposta no caráter inventivo e objetual do edifício, a experiência da vila do Carmo aparece como uma possibilidade na busca de alternativas voltadas essencialmente à construção da cidade, do vivenciar o processo urbano em suas diferentes escalas, buscando rearticular arquitetura e cidade.

4.2. PARAISÓPOLIS: CUNHAS DE INFILTRAÇÃO

A favela de Paraisópolis, segunda maior da cidade de São Paulo com cerca de 80.00 moradores, foi o tema deste projeto que indicava recuperação ambiental, novas centralidades, densidade habitacional e, sobretudo, convivência entre condições pré-existentes e novas intervenções.

O enfrentamento de um território marcado pela desigualdade, identificada na estrutura de ocupação, no uso do suporte físico, no precário grau de urbanização e na forma como as pessoas produzem suas casas, passa por uma reformulação da própria leitura histórica desses territórios: em um primeiro momento, as favelas eram vistas como situações transitórias de moradia na cidade, depois como áreas que demandavam urbanização básica (água e luz) porque seriam definitivas, e mais recentemente como áreas a serem conectadas mais francamente às estruturas da cidade, pela trama viária e pelo espaço público.

Da dissolução à pretensa “integração”, passaram-se alguns anos. Entretanto, poucas são as experiências em que se pensam outras possibilidades ao território da favela a partir dela mesma, a partir de uma leitura precisa de como se dá sua configuração com a perspectiva não de reproduzi-la, porque “ampara” uma dada sociabilidade, mas porque pode expressar condições possíveis que, reinterpretadas, podem compor uma ação no sentido da urbanidade.

Assim foi com a experiência de urbanização da favela de Paraisópolis: era preciso levantar as condições reais, complexas, difíceis de se mapear como primeira aproximação. Uma aproximação precisa de um território aparentemente impreciso.

Essa aproximação, além de registrar as condições visíveis de precariedade e risco, contribuiu para identificar que a condição pública, quando percebida em algum gradiente, pode estimular as iniciativas individuais e de grupo, enfim, a interação das pessoas com a cidade.

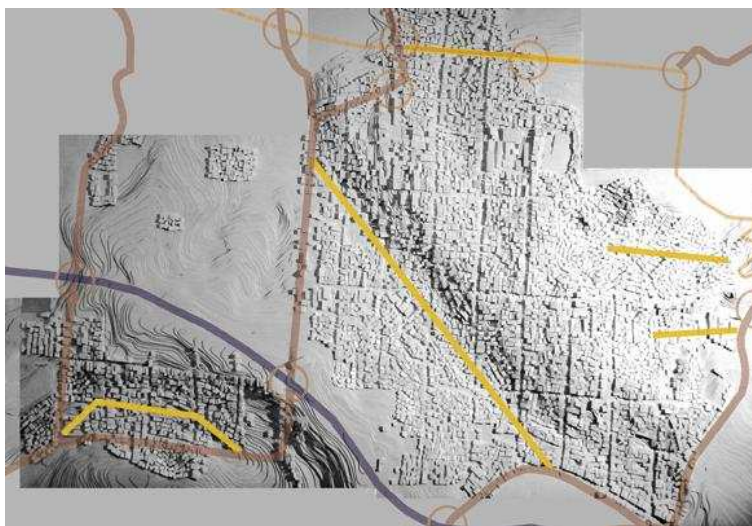


FIG.5. Modelo físico da área indicando topografia e vias de conexão.
Fonte: Escritório Vigliecca & Associados

Associadas a essa leitura, foram sendo elaboradas as hipóteses do projeto para Paraisópolis: conexões viárias, quebra do isolamento físico e social, reajuste do suporte físico e uma ação, a partir de estruturas que possam representar cunhas, “cunhas que infiltram urbanidade” (HV).

Essas “cunhas”, essencialmente habitacionais, infiltrariam luz, espaço público, programas, articulações, acessos, percursos. Estas novas estruturas introduziriam escalas e referências.

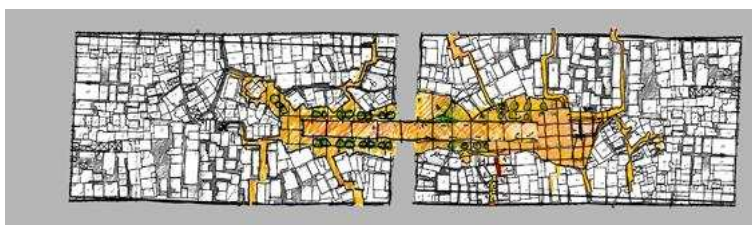


FIG.6. Planta de duas quadras com identificação das construções existentes e do edifício “cunha”, que estrutura um novo interior, antes parcelado e ocupado de maneira labiríntica.
Fonte: Escritório Vigliecca & Associados

O córrego Antonico, as áreas do grotão e do grotinho e o trecho do brejo foram reconformados resgatando linha de água e áreas lindeiras, com ocupação adequada de encostas.

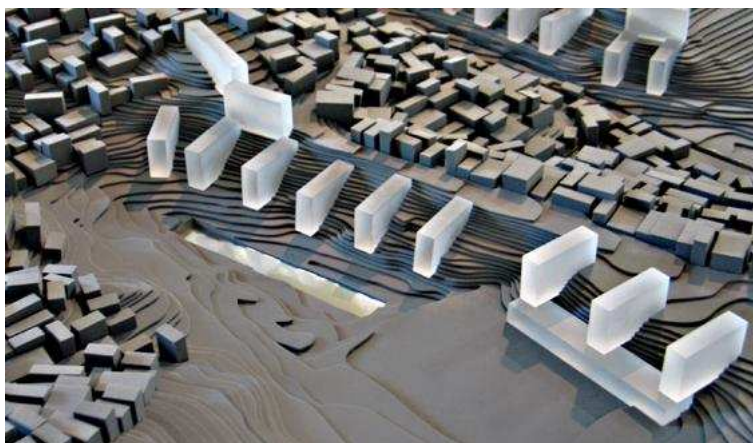


FIG.7. Modelo físico da área do Grotinho. Encosta e fundo de vale.
Fonte: Escritório Vigliecca & Associados

E é nesse momento que a proposta de uma “**habitação-estrutura**” pode resgatar uma condição topográfica ou ambiental, além de ser utilizada para articular cotas ou reconfigurar os fundos de vale.

Onde mais claramente se observou o quanto uma estrutura urbana (e pública), reconhecida como tal, pode desencadear processos de apropriação ou de construção da casa com menor ou maior qualidade foi a da quadra. Uma trama regular caracteriza a maior parte da ocupação da construção formal da cidade de São Paulo: a quadra parcelada em lotes. O reconhecimento dessa referência urbana a partir da dimensão pública que coloca – as ruas - norteou também a ocupação – realizada pelos moradores - com construções mais estruturadas e programas variados acontecendo junto às vias e com arranjos labirínticos, de difícil acesso e precárias condições de salubridade no interior das quadras.

A rua, na urbanidade das cidades brasileiras, pode ser destacada como o grande espaço da vida coletiva. E, mesmo nas áreas de urbanidade precária, ela é o ponto de contato com as redes, com a infra-estrutura e é lida como suporte da diversidade e espaço de contato primordial entre privado e público.

A identificação deste “arranjo” recolocou em pauta a dimensão da cidadania no espaço da cidade: o espaço público e as estruturas urbanas que o viabilizam são identificados como matrizes da vida na cidade e de sua questão essencial - a existência coletiva.

O interior das quadras deveria ser resgatado a partir de uma proposta que colocasse essa dimensão, já presente nas bordas. A habitação, pensada novamente como uma referência urbana e não somente como um arranjo tipológico, colocou-se como alternativa, propondo-se edificações que dão visibilidade ao interior das quadras até então obscurecidas pela justaposição de espaços privados.

A dimensão da escala pública, dada pela habitação-estrutura e pelos espaços que abre (acessos e praças internas), passou a ser experimentada de uma outra maneira.

À dificuldade de transformar com ações normativas, contrapõe-se a ação do projeto, desde a leitura e o reconhecimento das pré-existências à formulação de condições novas, que se agregam às do lugar, sem mimetizá-las, solidarizando-se a elas e buscando uma intersecção (HV).

A habitação pensada como marco na escala urbana, para além da condição da cotidianidade, pode representar agora, não mais o monumento ao tempo novo da cidade, que deveria alojar os trabalhadores (modernidade), mas uma estrutura que, associada às preexistências, constrói o tempo real da cidade. Não o tempo da sobreposição, mas o do convívio: “uma arquitetura solidária e urbanamente ativa associada às construções consolidadas. O terceiro território”. (HV)

4.3. PARQUE NOVO SANTO AMARO

O projeto Parque Novo Santo Amaro representa um enfrentamento da questão das ocupações irregulares da área de mananciais da cidade de São Paulo com uma proposta que articula cotas, valoriza e cria centralidades e elabora tipologias habitacionais que contribuam à estruturação de elementos da cidade, alterando as ocupações inadequadas de fundos de vale e encostas.

Uma das questões iniciais, quando do enfrentamento de um trecho da enorme área ocupada de mananciais da cidade de São Paulo, era a de que algumas propostas estruturais pudessem ser referência a todas as ações no território contínuo daquela região (Subprefeitura do M´Boi-Mirim).

A ocupação irregular espraiou-se e acabou por caracterizar o que SANTOS, 2000, chamou de território das horizontalidades, dos “lugares contíguos reunidos por uma continuidade territorial”.

Justamente por conta da construção desse território dar-se assim, como uma “revanche” frente aos “eficazes e operantes vetores da mundialização” (SANTOS, 2000), é que uma possibilidade de estruturação, mais abrangente e que poderia vir a ser sistêmica, deveria ser perseguida.

No projeto para o Parque Novo Santo Amaro levantou-se uma hipótese nessa direção: edifícios habitacionais seriam pensados como estruturas que articulariam topografia e vale (as linhas d’água) às vias e poderiam acontecer ao longo de toda a área a ser urbanizada. Liberariam faixas de proteção ambiental e funcionariam como suportes às atividades comerciais e de serviços, além de viabilizarem conexões de cotas pelas “vias elevadas”. Uma estrutura-embrião, que pode ser entendida como gênese/matriz da ocupação de um território especial.

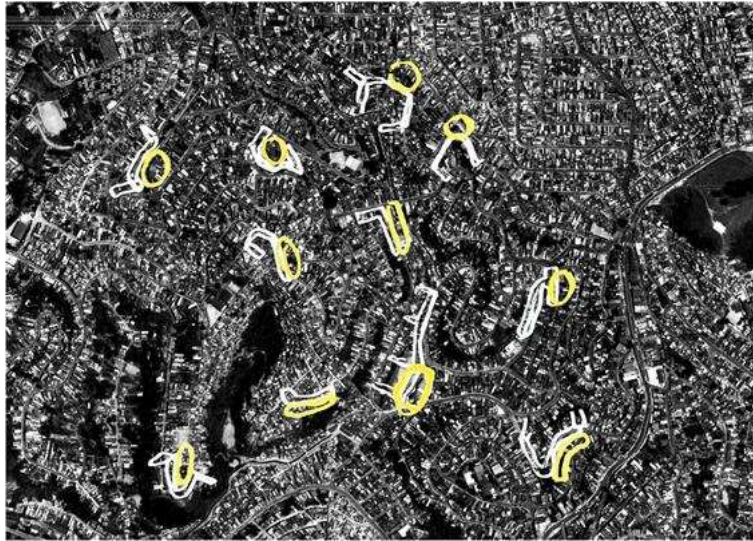


FIG. 8. Diagrama de possíveis estruturas de conexão (córrego-vias) acontecendo ao longo de toda a área de mananciais.

Fonte: Escritório Vigliecca & Associados

O Parque Novo Santo Amaro representa um dos desafios mais emergentes: a ocupação dos mananciais já está reconhecidamente dada (muito por conta da omissão e permissividade do Estado) e sua reestruturação, criando-se condições reais de habitabilidade e recuperação ambiental, acabou por se conformar como um dos desafios no sentido de se reverter (ou converter) à cidade aquela grande mancha espaiada de habitações e ruas.

A área tem topografia acidentada, fundos de vale ocupados, casas auto-construídas e – em muitos casos - em situação de risco, raros equipamentos públicos e ligações viárias descontínuas. É de propriedade municipal e foi ocupada a partir da década de 80.

As construções, de vários pavimentos, têm uma lógica clara de implantação: confrontam as ruas e ocupam as encostas em desnível, buscando adaptar-se a elas. As elevações posteriores são muito mais precárias do ponto de vista construtivo que as frontais. As que dão frente às ruas têm algum tipo de cuidado construtivo, além de incluírem atividades de comércio e serviço, conformando uma urbanidade possível àquelas condições.



FIG.9. Edificações encontradas na área.
Foto: Vigliecca & Associados

Conforme vamos nos aproximando das cotas mais baixas, mais provisórias são as construções e piores as condições sanitárias (o córrego é um canal de esgoto a céu aberto).

As conexões entre as cotas acontecem tendo-se que vencer todo o desnível. Ou seja, as transposições de um lado a outro, pensadas como ligações, percursos funcionais ou elementos de paisagem, são significativos temas ao projeto.

E é por elas que podemos reconhecer a estrutura pensada como partido: os percursos transversais ligam cotas e favorecem o pedestre e o longitudinal reforça o parque proposto junto à linha d'água.



FIG.10. Implantação, conexões transversais por passarela e edifícios habitacionais situados ao longo da via. Estes edifícios abrigam atividades diversas e estruturam as transposições .

Fonte: Escritório Vigliecca & Associados

A utilização de novas edificações habitacionais na construção de uma estrutura urbana aparece aqui, novamente, como uma estratégia de projeto: no Jardim Novo Santo Amaro as edificações laminares propostas, alinhadas às vias, viabilizam diferentes acessos, dada a topografia, e incluem uma “via elevada”, resultado, em alguns momentos, da concordância entre o edifício e uma cota real do terreno. Por isso, são também pontos de apoio às transposições: delas partem as passarelas de pedestres.

O bloco laminar, dada a extensão, vai – pelas diferenças de cota - abrigando atividades comerciais e “pórticos” de passagem da rua à encosta, por onde, agora, também se tem acesso. Altera-se, dessa maneira, a característica de fundos e de desvalorização da paisagem do córrego.

As estruturas existentes são valorizadas- a quadra de esportes e a escola – como centralidades, articuladas pelo novo parque de fundo de vale e pelas ligações transversais. O espaço público, a habitação coletiva e as transposições são os elementos “novos” que lhes agregam valor e que a elas se somam, conformando uma hipótese de ambiente urbano.

5. É POSSÍVEL CONTINUAR PELA CIDADE

No momento pós segunda guerra na Europa, com o Estado centralizando as ações de reestruturação urbana, as formulações para habitação e cidade ganharam uma abstração cada vez maior: no sentido da célula, da pré-fabricação, da sobreposição da escala do edifício à da cidade, que resultava não mais num organismo urbano, mas em uma somatória de lay-outs lineares regidos pela lógica da higienização.

Se num primeiro momento a abstração era proposta como formulação teórica, dada a forma como a vida material passou a ser produzida, no pós guerra passou quase a ser condição frente à demanda.

A construção utópica de possibilidades ao homem - e à cidade- transmutava-se, pela própria incorporação do trabalho intelectual na construção dessa fase da produção material: a eficiência sugerida ao território urbano como “nova” possibilidade vai do “corte revolucionário moderno que concilia o edifício ao solo pelo espaço livre” à sobreposição das estruturas habitacionais ordenadoras à cidade real (desenhos de Le Corbusier para São Paulo e Rio de Janeiro em 1929), radicalizando as hipóteses formais.

Aqui, todas as contradições urbanas são minimizadas, do tempo histórico à geografia-suporte, das referências à apropriação pelo uso. Vai-se da imaginada eficácia total à ineficiência do mínimo, da subtração daquilo que a cidade tem como essência: diversidade, conflito, apropriação, vida coletiva e pública.

Serão ainda as “novas vanguardas” que assumirão um reencaminhamento da discussão do papel da arquitetura e do urbanismo, agora como componentes culturais e não potentes instrumentos de realização do território funcional.

Todo esse percurso foi traçado e experimentado pela Europa, mas não deixou de ter rebatimentos no Brasil: o grande conjunto moderno, agora já sem todo e qualquer conteúdo ligado às novas possibilidades de cidade frente às transformações da produção da vida material e seus desdobramentos sociais, continuou a ser implementado por aqui. E implementado com o agravante de que esse modelo abstrato se precarizou, materialmente e, essencialmente, como hipótese teórica.

Associado, entretanto, à nossa maneira de fazer arquitetura e cidade – uma como pura invenção e abstrata, outra movida por demandas de alguns setores da sociedade em detrimento de outros – o tema da habitação coletiva surge como um dos importantes assuntos na construção desse vínculo desejado.

E é esse o motivo pelo qual selecionamos o trabalho do arquiteto Héctor Vigliecca e equipe. Por identificar que, nessas propostas apresentadas, dentre outras, há uma tentativa clara em se construir território urbano e, como decorrência disso, arquiteturas. Possibilidades reais de se habitar coletivamente a cidade.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1. Contexto da produção habitacional no Brasil

ARQUITETURA. *Seminário de Habitação e Reforma Urbana*. (15), 1963, 17-24.

BAYEUX, Glória Maria. *O debate da arquitetura moderna brasileira nos anos 50*. Dissertação de Mestrado apresentada à FAU-USP em 1991.

BONDUKI, G. Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: FAPESP, 1999.

BONDUKI, G. Nabil, ROLNIK, Raquel. *Periferias*. São Paulo: PRODEUR – FAU-USP, 1979.

BONDUKI, G.N., ROSSETO R., ANDRADE, C.R.M. (org.). *Arquitetura & Habitação Social em São Paulo – 1989-1992*. São Paulo: EESC – USP, s/d.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2005

MARICATO, Erminia. *Habitação, uma utopia possível*. Projeto (134), 1990, 69-70.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Caderno MCidades HABITAÇÃO. Política Nacional de Habitação. V.4. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

REIDY, Affonso Eduardo. *Conjunto de vizinhança de Pedregulho*. Brasil Arquitetura Contemporânea (1), 1953, 4-16.

ROSSETO, R.; Bonduki N. e ALLI, Sérgio (eds.). *Da utopia à construção. A participação popular na política habitacional em São Paulo*. Projeto (147), 1991.

RUBANO, Lizete Maria. *Cultura de projeto: um estudo das idéias e propostas para habitação coletiva*. Tese apresentada à FAUUSP, 2001.

SACKS, Cèline. São Paulo. *Políticas Públicas e Habitação Popular*. São Paulo: EDUSP, 1999.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. (org.) *A promoção privada de habitação econômica e a Arquitetura moderna 1930-1964*. São Paulo: FAPESP, Rima, 2002.

TASCHNER, S.P. *Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisa e políticas*. São Paulo: FAU-USP, 1993.

VALLADARES, Lícia do Prado (org.) *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VILLAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação*. São Paulo: Global Editora, 1986.

6.2. Algumas questões contemporâneas colocadas às metrópoles

ARANTES, O. MARICATO, E. VAINER, C. *A cidade do pensamento único*. São Paulo: Vozes, 2004.

ARANTES, Otília. *Urbanismo em Fim de Linha*. São Paulo: Edusp, 2001.

FERREIRA, J.S.W. *O Mito da cidade global: o papel da ideologia na produção do espaço urbano*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FIX, Mariana. *São Paulo cidade global*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARICATO, Ermínia. *É preciso articular o desenvolvimento urbano e política habitacional*, Projeto (147), 1991.

MARICATO, Erminia. *Metrópole na Periferia do Capitalismo. Ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MEYER, R. DORA, M. BIDERMAN, C. *São Paulo Metrópole*. São Paulo: Edusp, 2004.

RECAMÁN, Luiz. *Novos e velhos conflitos na (des)ordem urbana de São Paulo*. In site www.la2.com.br. São Paulo: 2006.

RECAMÁN, Luiz. Posfácio: *Nem arquitetura nem cidades*. In ARANTES, Otília B. F. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 2001.

RECAMÁN, Luiz. *Por uma arquitetura brasileira*. Dissertação de mestrado apresentada à FFLCH – USP, 1996.

SASSEN, Saskia. *La identidad en la ciudad global: encasillamientos económicos e culturales*. In *Metrópolis*. Ignasi de Solà-Morales e Xavier Costa (eds.). Barcelona: Gustavo Gili, 2005.

SANTOS, Milton: *Do cidadão imperfeito ao consumidor mais-que-perfeito; O espaço sem cidadãos; A reconstrução da individualidade e O espaço revelador: alienação e desalienação* In *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1996. (ano da obra: 2002).

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de. *Territórios*. Barcelona: GG, 2002.

TAFURI, Manfredo. *Projecto e utopia*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 2001.

6.3. São Paulo: propostas contemporâneas para habitação social. A experiência do escritório Vigliecca & Associados e o papel do projeto.

Periódicos (entre outros):

Em um primeiro levantamento junto ao ÍNDICE DE ARQUITETURA BRASILEIRA foram encontrados:

GANI, Hector Ernesto Vigliecca; PADOVANO, Bruno Roberto

Concurso público de anteprojetos para habitação popular - Menção honrosa [Brás, São Paulo, SP]; projeto de arquitetura

Projeto. São Paulo, n.134, p.82, ago, 1990

ARQUITETURA (CONCURSOS); HABITAÇÃO POPULAR

Concurso público de anteprojetos para habitação popular - Menção honrosa [Brás, São Paulo, SP], proj. Hector Ernesto Vigliecca Gani e Bruno Roberto Padovano

Projeto. São Paulo, n.134, p.82, ago, 1990

VIGLIECCA GANI, Hector Ernesto; PADOVANO, Bruno Roberto

PADOVANO, Bruno Roberto; VIGLIECCA GANI, Hector Ernesto

Conjunto Vila Mara [São Paulo, SP], proj. Bruno Roberto Padovano e Hector Vigliecca Gani

Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, n.33, p.61-3, dez./jan, 1990/1991.

HABITAÇÃO - BRASIL - SÃO PAULO, SP

VIGLIECCA GANI, Hector Ernesto e equipe

Concurso para o Núcleo Urbano de Campinas [Projeto Finalista], proj. Hector E. Vigliecca Gani; Bruno Roberto Padovano; Marta Kohen; J. Bastarrica; Ruben Otero

Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, n.34, p.67-9, fev./mar, 1991

CONJUNTOS HABITACIONAIS

VIGLIECCA GANI, Hector

Busca de uma arquitetura consistente [Depoimento de Hector Vigliecca]

Projeto. São Paulo, n.156, p.114-15, set, 1992

ARQUITETURA – CRÍTICA

E em periódico virtual (entre outros):

Arco web 25.05.2009 – entrevista com arquiteto Héctor Vigliecca

<http://www.arcoweb.com.br/entrevista/hector-vigliecca-25-05-2009.html>